

economia

Indicadores Econômicos

Cotações do Dólar – (R\$/US\$)

27/5	Comercial		Turismo	
	Compra	Venda	Compra	Venda
	4,7377	4,7382	4,8300	4,9460

Fonte: Estado Continuo

Bolsa de Valores

MERCADOS	FECHAMENTO	
	27/Mai/22	Varição
Ibovespa	111.941,68	+0,05%
Dow Jones/NY	33.212,96	+1,76%
Nasdaq	12.131,13	+3,33%
S&P Merval	93.683,29	-0,03%

Fonte: Estado Continuo e bolsas de valores



Sobre reforma tributária

Um dos principais temas econômicos debatidos na última semana foi o encaminhamento, pelo governo federal, da proposta de redução da alíquota do ICMS (Importo sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para combustível, energia elétrica, telecomunicações e transportes como bens e serviços essenciais, com alíquota máxima de 17%.

O ICMS é o tributo de maior volume arrecadatório, comparado aos demais existentes no Brasil, sendo de competência estadual. Os recursos são divididos entre Estados e municípios. O objetivo do governo federal é provocar uma redução nos preços dos combustíveis e energia elétrica, especialmente. Contudo, Estados e municípios de pronto alertaram para a necessidade de compensação pela eventual perda de receita que a redução de alíquota pode provocar aos respectivos cofres públicos.

Esta pauta certamente continuará entre os principais temas debatidos e deverá agitar o cenário político em Brasília. Mas o cenário estabelecido dá uma amostra da dificuldade de encaminhamento da reforma tributária - uma das principais reformas estruturais que precisam ser viabilizadas para melhorar a competitividade do setor produtivo brasileiro.

Uma das maiores dificuldades para viabilizar uma reforma tributária consiste no fato de o atual volume de arrecadação não ser suficiente para arcar com todas as despesas do setor público. Ao analisarmos a série histórica, o resultado nominal do setor público é deficitário. É importante fazer a ressalva de que o resultado do orçamento apurado no conceito primário não incorpora a despesa com pagamento de juros, o que leva a cifra superavitária em alguns períodos.

Ou seja, não há espaço para viabilizar uma reforma com vistas a diminuir a carga tributária se o atual nível de arrecadação não dá conta das despesas. Nesse aspecto, é indiscutível a necessidade de se estabelecer reformas no âmbito político e administrativo que melhorem a eficiência nas decisões e uso dos recursos públicos.

Contudo, o Brasil é um país de dimensões continentais, com grande contingente populacional, o que inevitavelmente gera demandas por amplos gastos na prestação dos serviços públicos. Não há soluções mágicas possíveis ou que se mostrem sustentáveis.

Outro ponto sensível na discussão da reforma tributária diz respeito à repartição do volume arrecadado. Alterar a estrutura de arrecadação dos Entes da federação. Isso inevitavelmente irá gerar a justa discussão sobre a necessidade de estruturar uma relação viável entre o volume de arrecadação e as obrigações de despesas de cada Ente federativo. Esta questão, inclusive, é apontada como um dos fatores que explica o desajuste estrutural entre receitas e despesas públicas.

Diante dos pontos acima, é possível deduzir que a realização da necessária reforma tributária no País não será realizada facilmente e terá grande risco de não ser pautada por propostas técnicas.

Enquanto isso, entre outros fatores, a melhora da competitividade da cadeia produtiva nacional depende da estruturação de um novo regime tributário.

Material produzido por Sandro Renato Maskio, coordenador de Estudos do Observatório Econômico e professor do curso de Ciências Econômicas da Universidade Metodista de São Paulo

RESULTADOS

Lei de Defesa da Concorrência faz dez anos com 4,7 mil atos

Regra criou mecanismos para garantir a competitividade entre empresas e serviços

Em vigor desde 2012, a lei 12.529 reestruturou o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) completo dez anos ontem e criou mecanismos para garantir a competitividade entre empresas e serviços no Brasil.

Segundo explicou o presidente do órgão, Alexandre Cordeiro, a lei, também chamada de LDC (Lei de Defesa da Concorrência), é essencial para a saúde do mercado nacional, já que pune práticas de controle de preços que muitas vezes são combinadas entre supostos competidores. “É importante s

aber que cada vez que uma empresa deixa de competir com outra, ela está prejudicando o consumidor, porque ela não está disputando a preferência dele”, explicou Cordeiro.

Com a LDC, o Cade já julgou cerca de 4.700 atos de concentração econômica entre grandes empresas, além de operações de fusão e aquisição. Entre os casos de maior visibilidade, o Cade foi responsável por aplicar multa de mais de R\$ 500 milhões a 11 empresas por formação de cartel na operação do metrô de São Paulo e do Distrito Federal. (da Abr)

Comércio projeta lucro de até R\$ 13,7 bilhões no período do inverno

Levantamento nacional baseado em pesquisa estima acréscimo de 9,2% nas vendas em comparação com as outras estações do ano

BEATRIZ MIRELLE
Especial para o **Diário**
beatrizmirelle@dgabc.com.br

A onda de frente fria que atingiu o Brasil recentemente fez os consumidores investirem em vestimentas para suportar as baixas temperaturas. Mesmo no outono, a expectativa do varejo de vestuário, calçados e acessórios é boa em relação às vendas deste ano. De acordo com a CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo), o setor projeta lucro de R\$ 13,76 bilhões entre maio e agosto de 2022.

O levantamento, baseado

na PMC (Pesquisa Mensal de Comércio) e da PMS (Pesquisa Mensal de Serviços) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), registra que o acréscimo médio é de 9,2% nas comercializações durante o inverno na comparação com estações intermediárias (primavera e outono).

“O varejo de vestuário segue buscando superar as dificuldades consequentes da pandemia de Covid-19 e do cenário econômico do País. Por isso, a estação gera expectativas positivas para que os comerciantes consigam alavancar as vendas”, explica o

presidente da CNC, José Roberto Tadros.

Thaís Maia, gerente da Red’O Outlet, em Santo André, afirma que a movimentação no estabelecimento aumentou por conta do frio. “As pessoas correram para comprar peças mais quentes. Recebemos 500 mercadorias por semana e, com a frente fria, vendemos bem mais que o normal”, comentou.

A estudante de farmácia Bárbara Gabrielle, 19 anos, tem aulas presenciais na faculdade e comprou roupas para aguentar o frio tanto em casa quanto no campus da universidade. “Doei algu-

mas peças ao longo da pandemia. Então, não tinha nenhuma blusa grossa o suficiente para suportar as baixas temperaturas.” Na última semana, ela adicionou ao guarda-roupa dois moletons, uma camisa de manga comprida e um pijama de inverno. “Por enquanto, não pretendo comprar mais nada. Só espero que o frio não piore. Os preços estavam altos, principalmente das blusas mais acolchoadas.”

A vendedora Alexandra Barbosa, da loja Eliana Maza, em Santo André, alega que houve aumento de 30% nas vendas entre os dias 16 e 20 de maio em comparação às primeiras semanas do mês. “Começamos com a coleção de frio em fevereiro. A peça que mais saiu foi a blusa de lã. Nos últimos dois anos, não tínhamos muitas perspectivas de altas, mas, para o inverno de 2022, estimamos acréscimo de 50% nas vendas em relação ao mesmo período de 2021.”

São Paulo deve ter os números mais favoráveis, movimentando R\$ 4,27 bilhões em volume de vendas. Em seguida, está Minas Gerais, com R\$ 1,50 bilhão. Rio Grande do Sul fica em terceiro lugar, acumulando R\$ 1,44 bilhão, e se destaca com alta de 11,8% no chamado “efeito inverno”, que possui vendas superiores a primavera e outono.

Os Estados do Sul e Sudeste apresentaram os maiores faturamentos por enfrentarem as temperaturas mais baixas, explica o economista da CNC, Fabio Bentes, responsável pelo estudo. “Não é só a queda de temperatura que faz o consumidor demandar mais as peças de frio, mas as novidades trazidas pelo setor nesse período, estimulando o consumo, especialmente nos Estados mais ricos, que concentram quase 70% das vendas no Brasil”, diz.



AMOSTRA. Comerciantes sentiram alta nas vendas com o frio que castigou a região nos últimos dias

NESTA SEMANA

Grande ABC tem 698 vagas disponíveis

São Caetano se destaca com 394 opções incluindo postos de pedreiro e empacotador

O Grande ABC disponibiliza 698 postos de emprego nesta semana. São Caetano lidera com 394 vagas, incluindo opções para pedreiro, assistente de marketing, auxiliar de depósito, fiscal de prevenção de vendas, empacotador etc. Em seguida, estão São Bernardo (207), Diadema (52) e Ribeirão Pires (45). Santo André e Rio Grande da Serra não responderam à demanda.

Mauá informou que, como realizou a primeira edição do Feirão do Trabalho, Emprego e Renda na sexta-feira, não disponibilizou o painel de vagas desta semana.

A CTR (Central de Trabalho e Renda) de São Bernardo divulgou 207 postos. Estão disponíveis cargos para operador de caixa (44), empacotador a mão (20), operador de máquinas operatrizes (dez),



CHANCE. Em São Bernardo são 207 oportunidades à disposição

entre outras como dez vagas para pessoas com deficiência em cargo de auxiliar de linha de produção.

O CPETR (Centro Público de Emprego e Renda) de Diadema está com 52

oportunidades. São oito para fiscal de loja em supermercado, com disponibilidade para trabalhar no município ou em São Bernardo, quatro para servente de limpeza, três

para pizzaiolo, três para auxiliar de operador de dobradeira, duas para agente de conservação e asseio etc.

Existem também cinco postos para PCDs (pessoas com deficiência), como auxiliar de vendas/caixa, auxiliar de produção para lavanderia industrial, operadora granel e telemarketing para São Caetano e também em Santo André.

Já Ribeirão Pires soma 45 postos, sendo 20 para repositor, cinco para atendentes de loja, quatro para ajudante de obras, entre outras. O PAT (Posto de Atendimento ao Trabalhador) da cidade funciona nas dependências do Atende Fácil, localizado à Avenida Capitão José Gallo, número 55, no Centro. O horário é de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 16h. **BM**